



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

A concepção marxiana de trabalho e produção do valor e a captura do conhecimento e da subjetividade do trabalhador

JANE CRUZ PRATES ¹

PEDRO ALBERTO CARDOSO SAMUEL ²

TATIANE ANDRADE VENTURA ²

LUISA FERNANDES CORDEIRO ²

RODRIGO DOS SANTOS NUNES ²

Resumo: O presente artigo aporta reflexões sobre a concepção ampliada de trabalho utilizada por Marx, considerando seus aspectos ontológicos e o modo como é capturado no modo de produção capitalista a partir de processos de alienação. Aborda a captura do conhecimento e da subjetividade do trabalhador como parte desse processo, contrapondo-se às análises pós-estruturalistas que advogam a centralidade do trabalho imaterial configurando o chamado capitalismo cognitivo. Por fim aporta reflexões sobre a precarização do trabalho e a mercantilização do conhecimento.

Palavras-chave: trabalho, alienação, precarização do trabalho, teoria marxiana.

Resumen: Este artículo ofrece reflexiones sobre la concepción ampliada del trabajo utilizada por Marx, considerando sus aspectos ontológicos y la forma en que se captura en el modo de producción capitalista a partir de procesos de alienación. Aborda la captura del saber y la subjetividad del trabajador como parte de este proceso, en oposición a los análisis postestructuralistas que abogan por la centralidad del trabajo imaterial, configurando el denominado capitalismo cognitivo. Finalmente, aporta reflexiones sobre la precariedad del trabajo y la mercantilización del conocimiento.

Palabras clave: trabajo, alienación, precariedad del trabajo, teoría marxista.

1. Introdução

1 Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul

2 Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul

O reconhecimento quanto a centralidade do trabalho e o duplo caráter que assume, na sociedade do capital, explicitando uma contradição dialética, ou negação inclusiva, exige que direcionemos reflexões para problematizá-lo desocultando, por um lado, a sua potencialidade como elemento central no processo de constituição do humano e desalienação e por outro, o modo como é capturado alienado e estranhado no modo de produção capitalista com o intuito de gerar mais valor. A obra marxiana nesse sentido é de fundamental importância para subsidiar o processo de desvendamento. Buscamos, portanto, através desse artigo, tecer algumas reflexões sobre a concepção ampliada de trabalho utilizada por Marx, considerando seus aspectos ontológicos e o modo como é capturado no modo de produção capitalista a partir de diferentes níveis de alienação que atravessam toda a cadeia produtiva. Na mesma direção, problematizamos a captura do conhecimento e da subjetividade do trabalhador como parte desse processo. Contudo, tecemos críticas às análises pós-estruturalistas que advogam a centralidade do trabalho imaterial configurando o chamado capitalismo cognitivo, considerando que o trabalho intelectual convive com o arcaico, cuja superação ainda nos parece distante de ser materializada concretamente. Aportamos dados de realidade ao longo das reflexões realizadas que se configuram como contraprovas históricas que dão sustentação aos argumentos.

1. A concepção marxiana de trabalho e sua captura no modo de produção capitalista

A concepção ampliada de trabalho utilizada por Marx(1989) o entende como toda a produção humana. Em qualquer forma de sociedade o homem precisa trabalhar, pois é através do trabalho que ele se apropria da natureza criando instrumentos que facilitem o atendimento de suas necessidades e o seu processo de desenvolvimento, desde os primórdios de sua evolução. Ao trabalhar o homem transforma a matéria prima, ou seu objeto de trabalho (que dela se difere apenas por já ter sofrido a ação do homem) e ao mesmo tempo se transforma no processo. (Marx, 1989). Portanto, através do trabalho homens e mulheres constituem a sua humanidade, se desenvolvem enquanto sujeitos sociais, construindo, a partir de condições objetivas e de sua ação sobre elas, a sua subjetividade. (PRATES, 2003)

A partir do trabalho os sujeitos desenvolvem processos sociais, porque o trabalho pressupõe relações sociais e se vale de tudo o que foi socialmente construído anteriormente pelo próprio homem. Não é por outra razão que Marx salienta, desde suas obras de

juventude que a história social nada mais é do que a história do trabalho humano. (MARX, 1998)

O trabalho se realiza a partir de uma cadeia produtiva, que inicia pelo produtor ou trabalhador que exterioriza energias intelectuais e físicas e se objetiva naquilo que produz. Conforme Marx (1989, O capital, Vol I) ao trabalhar o homem produz valores de uso. A energia, ou o trabalho mesmo, que incide sobre a matéria prima se consubstanciará num produto do trabalho materializado em objetos, instrumentos, elementos, produções que são necessários ou úteis para o seu consumo produtivo. Por exemplo, um casaco para abrigar do frio ou a sistematização de um conhecimento em um livro para consulta posterior. O último é produto do trabalho do escritor ou do pesquisador e instrumento de trabalho para os leitores que o consultam para fundamentar seu trabalho.

O trabalho, portanto, pressupõe consumo, pois o homem consome a sua energia ao trabalhar, consome a matéria prima e os próprios instrumentos de trabalho por ele criados, ao realizar o trabalho. E como foi possível observar no exemplo anteriormente mencionado, o produto do trabalho de alguns é instrumento para o trabalho de outros, dependendo do lugar que ocupam na cadeia produtiva.

O trabalho também pressupõe planejamento, pois o homem idealiza aquilo que vai realizar antecipadamente, e este caráter teleológico, ou seja com finalidade e direção, é o que diferencia o trabalho humano de qualquer ação realizada pelos demais animais orientados pelo instinto. É célebre a frase marxiana que diferencia o pior arquiteto da melhor abelha, porque a última não planeja o que pretende realizar, apenas o faz por instinto, logo, apenas o homem trabalha. Com isto se destaca a qualidade ontológica do trabalho para o ser humano, embora as condições históricas e o modo de produção, ou a forma como os homens se organizam para produzir, os condicione de tal modo que, a “criatura acaba por dominar o criador”, como se os objetos criados tivessem vida própria independente, como no caso do modo de produção capitalista. (Marx, 1989)

Os valores de uso, uma vez alienados pelo excedente, ou seja, porque o seu produtor não precisa deles para seu uso próprio, podem ser utilizados no processo de troca, por outros objetos que sejam úteis ou necessários aos sujeitos produtores. Contudo, uma vez inseridos no processo de circulação e em razão da apropriação sobre os meios de produção por uma classe social, a burguesia, o valor de troca passa a ser condicionado não mais pelas necessidades humanas de seus produtores, mas pelo interesse dos donos dos meios de produção, os capitalistas.

O processo de troca complexificado pelo crescimento da mercantilização, pelas

relações de produção capitalista, que tem sua base na exploração do trabalho e na acumulação e pela divisão social e técnica do trabalho, determinaram a criação de equivalentes (metal, dinheiro, cartão) para facilitar o processo de circulação e mascarar o caráter qualitativo do trabalho, restrito a quantidade de trabalho vivo empregado para a produção de mercadorias, ou seja o trabalho abstrato.

Por outro lado, o trabalhador que não dispunha de meios de produção passa a vender o seu único patrimônio, a força de trabalho que, tratada como qualquer outra mercadoria, viabiliza a produção da mais-valia. Do mesmo modo, tratado como objeto, coisificado, como qualquer outra mercadoria, o trabalhador fica a mercê da classe que detém os meios de produção e embora resista através de movimentos e da organização dos trabalhadores, insurgindo-se contra o capital, tem ao longo da história, especialmente a partir do século XIX, sofrido processos de subjugação, expropriação e precarização.

A história do trabalho reduzido a mercadoria, ou ao trabalho abstrato, mostra que o sujeito produtor tem sido descartado como qualquer outra mercadoria, substituído pela automação, através de um constante movimento de sociometabolismo do capital que, apesar de suas crises, mantém suas raízes (exploração/acumulação) mas metamorfoseia-se para aparecer como menos selvagem, geralmente com o objetivo de explorar mais, com menos resistência ou reduzir custos do processo de produção, como por exemplo nas iniciativas de qualidade total, flexibilização, redução do estado social e outras estratégias de gestão e organização do trabalho que tem sua base na economia e condicionam todas as demais esferas sociais.

A centralidade da categoria trabalho e sua articulação com a categoria classe social são fundamentais para explicar o modo de produção capitalista e suas contradições insuperáveis, porque constitutivas desse modo de produção. A caracterização marxiana dos diferentes modos de produção tem na relação trabalho x apropriação do trabalho por uma classe, o seu núcleo central. A luta de classes historicamente estabelecida demarca as formas como o homem se organizou para produzir e os processos hegemônicos oriundos dessa relação, que são condicionados pelo primeiro.

No modo de produção capitalista o processo de trabalho impõe níveis de alienação ao trabalhador, que podem ser verificados desde a relação do trabalhador com o produto do trabalho, passando pelo modo de produzir e atingindo também a relação do produtor consigo mesmo e com os demais produtores. Na obra *O capital* Marx destaca que os níveis de alienação incidem em toda a cadeia produtiva. O trabalhador se aliena do produto na medida em que não tem acesso a ele (primeiro nível de alienação), o que é possível de ser

verificado na vida concreta, por exemplo: Muitos trabalhadores que constroem casas, não dispõem de casa para morar. O trabalhador se aliena em relação ao processo de trabalho, na medida em que não decide o que produzir, nem como produzir (segundo nível de alienação). O trabalhador se aliena em relação a si próprio, na medida em que não se reconhece naquilo que faz e além disso, o trabalho, ao invés de ser elemento de satisfação e desenvolvimento, é fardo, restringi-se a dispêndio de energia (terceiro nível de alienação) e por fim o trabalhador se aliena em relação aos demais produtores na medida em que, ao invés de cooperar com os demais trabalhadores passa a com eles competir (quarto nível de alienação) (Marx, 1989)

Podemos afirmar que o produto do trabalho sempre produz valor de uso, logo que qualquer trabalho é mediado pelo valor, entendido aqui como produção que atende a necessidades humanas e vale destacar que não só de subsistência ou proteção, mas simbólicas e estéticas. Mas a criação do valor no sentido marxiano é uma característica da sociedade capitalista, para tanto foi preciso que a sociedade burguesa abstraísse o trabalho concreto, subsumindo suas qualidades, num equivalente quantitativo. O trabalho abstrato é, sem dúvida, uma criação do mundo burguês, mas o trabalho é ontológico ao homem em qualquer forma social.

O contexto presente fetichiza o uso da técnica alçando-a a finalidade última como mais uma estratégia para mascarar os processos objetivos e ideológicos que alimentam a reprodução do capital. O retrocesso que significa retornarmos ao velho burocratismo e ao tecnicismo, que se apresenta como inovador, e que nos enquadra em planejamentos estratégicos, nos círculos de qualidade, que privilegia um marketing que fetichiza as reais possibilidades dos sujeitos de lograrem o que lhes é prometido e outras estratégias transpostas mecanicamente da área da produção e administração empresarial para a área do ensino e das demais políticas públicas conformam uma realidade assustadora que tem na saúde do trabalhador. São velhos filmes que se repetem, com roupagens diversas e discursos maquiados ou competentes, para utilizar a expressão de Chauí.

Iamamoto (2007), pautada em Marx, de quem depreende, a partir dos processos de reprodução e circulação os níveis de alienação que caracterizam o capital fetiche afirma que

O capital internacionalizado expande sua face financeira especulativa e opera sem regulamentações, apoiado pelos organismos multilaterais, subordina tudo a seus interesses particulares: a vida da sociedade, a economia, a política, a cultura, mistificando e tornando opacos (invisíveis) os processos de subordinação, subalternização, exploração, desagregação ou fragmentação (IAMAMOTO, 2007, p. 58)

Para explicar esse processo há que retomar o trabalho, destaca a autora, mas não só o concreto (qualitativo) também o abstrato (reduzido apenas a quantidade do tempo de trabalho comum); não só na sua dimensão técnico-material, mas incluindo seus vínculos com o processo de criação de valor e mais valia, o que envolve as esferas da produção, e da circulação. E, especialmente, não perder de vista o fato de que a mercadoria é determinante do produto e a mais valia a finalidade da produção, dupla caracterização que particulariza o capital .

E neste sentido, alerta Iamamoto (2007, p. 60) que os limites de apreensão fazem com “que o processo de trabalho seja reduzido ao conjunto de operações realizadas pelo assistente social individualmente na sua prática abstraído das relações sociais e de propriedade pelos quais é realizado”.

2. Trabalho, precarização do trabalho e mercantilização do conhecimento

Uma das características do tempo presente, em tempos de capitalismo financeiro e de crise rasteira do capital é o crescimento vertiginoso do desemprego estrutural e a precarização do trabalho como resultados da reestruturação produtiva, que se realiza a partir dos interesses do capital e que, na matriz atual, necessita de menos volume de mão de obra e mais trabalhadores polivalentes, com qualificações múltiplas aos quais inseri e exclui, de modo flexível, de acordo com seus interesses e necessidades. No caso brasileiro, em particular, as recentes alterações legislativas trabalhistas acabaram por intensificar ainda mais a precarização do trabalho principalmente a partir das seguintes alterações: 1. a terceirização irrestrita, inclusive na atividade fim empresarial; 2. o reconhecimento do trabalho intermitente que permite que o trabalhador fique aguardando ser chamado ao trabalho sem qualquer salário ou proteção quando não estiver exercendo atividade; 3. A exclusão do cômputo da jornada de trabalho das horas *In Itinere*; 4. A possibilidade do empregador negociar diretamente com o empregado a compensação das horas extras trabalhadas no mês o que acaba por excluir o pagamento das horas extratas trabalhadas; 5. A possibilidade do negociado sobre o legislado, ou seja, do acordo coletivo prevalecer sobre o texto legal em inúmeras hipóteses, onde se destaca o enquadramento do grau de insalubridade e a fixação do intervalo intrajornada em 30 minutos para jornadas superiores a 6 horas; 6. O não reconhecimento como empregado do trabalhador autônomo mesmo que preste serviços continuamente e com exclusividade; 7. A desnecessidade de homologação

da rescisão do contrato de trabalho sindicato; 8. A exclusão da obrigatoriedade no pagamento da contribuição sindical;

Em que pese o discurso de redução do desemprego o que se verificou após as reformas são dados que mostram o seu caráter demagógico. No Brasil segundo o IBGE (2022), a População “em idade para trabalhar” soma 173,1 milhões de pessoas. Entre estas há, “na força de trabalho”, 108,3 milhões de pessoas e “fora da força de trabalho há 64,7 milhões. Essa “força de trabalho” é dividida entre ocupados (98,3 milhões de pessoas) / desocupados (10,1 milhões de pessoas procurando trabalho) e força de trabalho potencial (8,1 milhões) / fora da força de trabalho potencial (56,6 milhões). Fora da “força de trabalho” há uma população com potencial para ser integrada aos que buscam trabalho e, também, há as donas de casa que não trabalham fora, os adolescentes em idade escolar, aposentados ou pessoas sem condições para trabalhar.

Entre as “pessoas com idade de trabalhar” e que estão fora do chamado mercado de trabalho ou em ocupações precárias a maioria são mulheres.

A diferença salarial entre homens e mulheres de mesmo perfil, de escolaridade e idade e na mesma categoria de ocupação, ficou entorno de 20,5% no quarto trimestre de 2021. As médias de salário ficaram entre R\$ 2601,25 e R\$ 2068,72 atingindo o menor valor de uma série histórica. (IBGE, 2022)

A partir da pandemia da covid-19 sem dúvida de que foi agravado esse quadro, em especial para populações mais vulnerabilizadas por sua condição de gênero e etnia, para além da questão central da classe social, mas é fundamental que não se atribua a pandemia todas as mazelas que vem impactando no chamado mundo do trabalho e consequentemente nas condições de vida da classe trabalhadora.

Entre o final do ano de 2019 e o início do ano de 2020 as pesquisas apontavam para um crescimento de desemprego entre as mulheres. Cresceu 3,2% o desemprego entre as negras e 2,9% entre as “não-negras”. Neste mesmo ano as mulheres negras receberam por hora de trabalho, em média, R\$ 10,95 e os homens negros, R\$ 11,95. Já as mulheres brancas R\$ 18,15 e homens brancos receberam R\$ 20,79. (DIEESE, 2020)

A taxa de desocupação entre os pretos e pardos é maior que entre as pessoas brancas. E o abismo salarial também separa pretos e pardos dos brancos. Segundo a PNAD (2012 a 2020) a média de ganhos de pretos e pardos ficou em torno de 57,7% da renda dos brancos.

Há também uma parcela da população desalentada ou seja, pessoas que desistiram de procurar trabalhos por motivos diversos, que somam mais de 4,3 milhões de pessoas

que não encontram na localidade onde mora, ou por ser idoso ou considerado jovem demais, não ter experiência profissional ou qualificação exigida neste mercado de compra e venda de força de trabalho (IBGE, 2022).

Contudo esse processo avassalador acabará por atingir a todos os trabalhadores e a todas as profissões, na medida em que altera as relações de oferta e procura, expondo aqueles que vendem sua força de trabalho a se sujeitarem a maiores níveis de exploração e precarização das condições e relações de trabalho.

Há mais de 10 anos atrás, a pesquisadora francesa Annie Thébaud-Mony, já destacava, durante o I Simpósio de Saúde do Trabalhador realizado em Porto Alegre, (FSS-PUCRS / COLSAT Mercosul, 2008), que o trabalho havia chegado a limites impossíveis de o ser humano suportar nem física, nem emocionalmente, como consequência dos processos de globalização, precarização e flexibilização. Já naquela ocasião, na França, a intensificação e precarização do trabalho, às pressões excessivas e a falta de tempo para cumprir exigências da vida pessoal em razão do trabalho era associada ao crescimento significativo de cânceres e suicídios, os últimos, conforme afirmava a pesquisadora, com mais de 11 mil ocorrências/ano, ou seja, mais de um por hora, muitos devido. (I Simpósio de Saúde do Trabalhador (2008) realizado em Porto Alegre, (FSS-PUCRS / COLSAT Mercosul), Thébaud-Mony, 2008)

No modo de produção capitalista, muitas manifestações de adoecimento estão associadas ao mundo do trabalho, são processos históricos de submissão do trabalho às diferentes formas de exploração. Lourenço refere que o modo de produção capitalista, é danoso à saúde e à vida dos trabalhadores, haja vista que para os capitalistas se apropriarem do trabalho alheio visando a extração da mais valia, o fazem em condições de profunda opressão e expropriação. (GOMES, 2017).

Nessa esfera os dados pesquisados retratam número significativo de transtornos mentais como ansiedade e depressão como consequências dos fatores de atividades laborais. A OMS estima que transtornos mentais como ansiedade e depressão afetam 264 milhões de pessoas no mundo, esse dado não está especificado em relação ao trabalho, no entanto, se analisarmos os registros de afastamentos das atividades para o trabalhadores formais podemos observar o aumento de registros por motivos de depressão e ansiedade. O número de concessões passou de 213,2 mil, em 2019, para 285,2 mil, em 2020, com aumento de 33,7%. A duração média, nos casos de doença mental, é de 196 dias.(TST, 2020)._

Considerando o universo de trabalhadores com ou sem vínculo formal, O IBGE em

pesquisa Nacional de saúde realizada em 2019 em amostra por domicílio, no período de 07 dias, identificou **10. 293 pessoas** de 18 anos ou mais que referem diagnóstico de outra doença mental (esquizofrenia, transtorno bipolar, psicose, TOC), em relação as condições a força de trabalho. Devemos considerar o período da coleta e o total mensurado e multiplicarmos esse número de pessoas por igual período já teremos um total ainda mais violento, que representa o impacto das condições de trabalho na vida humana.

São muitos os agravos a saúde mental do trabalhador, nos últimos anos se observa um número crescente de registros de suicídios relacionados ao trabalho. O que pode justificar esse aumento é a nova configuração do mundo do trabalho o IX Seminário de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora” e o VIII Seminário “O Trabalho em Debate”, organizados por Edvânia Ângela de Souza Lourenço e a Comissão Científica Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS- UNESP-Franca, SP.2017, debateram diversos aspectos dos metamorfoses do mundo do trabalho e seus impactos, um deles é o suicídio e sua relação com o trabalho.

O suicídio, de acordo com documentos da Organização Mundial de Saúde (OMS) (2001, 2000), é considerado, atualmente, como um importante problema de saúde pública no mundo inteiro. Está entre as dez principais causas de morte na população mundial em todas as faixas etárias, ocupando o terceiro lugar no grupo com idade entre 15 e 34 anos. A taxa de prevalência mundial de suicídio é estimada em torno de 16 por 100 mil habitantes. Com variações conforme sexo, idade e país. De acordo com a OMS (2002), as principais características associadas ao suicídio são fatos relacionados ao suicídio na família, forte ideação suicida, experiências anteriores de suicídio, exiguidade de apoio social, transtornos mentais (principalmente depressão e abuso/dependência de álcool e drogas), eventos estressantes e características sociodemográficas, tais como pobreza, desemprego e baixo nível educacional (Ramos, Filho, pg. 139, 2017)

A pesquisa definiu como público alvo sujeitos, de ambos os gêneros, que tentaram ou consumaram suicídio durante os anos de 2002 a 2012 e que tenha sido registrado na região de São João Del Rei-MG. Dentre os principais resultados da pesquisa, os dados referente a ocupação em função do tipo de suicídio são relevantes para esse debate.

Apenas 50,04% das ocorrências são do lar, com 21,8%; em seguida vem estudante com 15,6%. Aposentados representam 8,2% e desempregados 5,6% da população que tenta ou consuma o suicídio. Em relação ao suicídio tentado as ocupações que tem valores mais expressivos são do lar, com 23,8% e estudante com 17,8%. Já em relação do suicídio consumado em primeiro lugar estão os aposentados juntamente com a ocupação do lar com 13,4%; seguidos de pedreiros com 9,3% e desempregados com 8,2%. Ao analisar por tipo de trabalho, levando em consideração as pessoas que estão ativas e não ativas, em suicídio tentado temos maior taxas entre os não ativo com 54,6%. Já em suicídio consumado a maior taxa fica com os ativos com 58,8%. (Ramos, Filho, pg. 144, 2017)

. No caso dos professores, em particular, a dupla subordinação (Nogueira 2007) vivenciada em razão do prolongamento da jornada de trabalho, do trabalho invisível e não pago realizado no domicílio e a precarização das relações de trabalho, nos moldes das empresas capitalistas, além da pressão imposta pelo produtivismo, agravados pelas exigências do trabalho remoto em função da pandemia mostram a barbárie a que vem sendo submetidos aqueles que produzem conhecimento e formam os trabalhadores nas mais diversas áreas, pois quando desqualificamos progressivamente a produção de conhecimentos, a formação de profissionais, os espaços que, por excelência deveriam contribuir para o adensamento da crítica e os transformamos em mais um *negócio* a serviço do capital, estamos entregando a alma e o futuro do nosso país. Afinal, a universidade operacional, pobre de espírito, rasa e superficial, empreendedora e mercadológica é o cemitério do conhecimento, ou parafraseando Marx, a miséria não só da filosofia, mas da produção do conhecimento humano. E um país que não produz conhecimento e forma sua massa crítica de modo independente, não tem autonomia e, portanto, não pode falar em democracia ou cidadania, conceitos necessariamente interdependentes.

Esta precarização não tem repercussões apenas na vida e na saúde dos trabalhadores, que se ressalte, estão adoecendo progressivamente, perdendo energia e potencialidade de mobilização e organização, mas também no produto do trabalho e este produto, uma vez que estamos falando do conjunto dos trabalhadores, é a produção da riqueza, dos bens e serviços, do conhecimento, da própria reprodução da vida humana.

A jornada de trabalho se estende para o espaço da vida privada reduzindo não só o tempo de descanso, mas as possibilidades de contatos, a participação do trabalhador em outras instâncias, a atenção do trabalhador para outros temas.

A tecnologia da informação que, em princípio, poderia facilitar o trabalho, o aumenta ainda mais, conforme aponta Antunes (2005), referindo-se a expansão do trabalho em domicílio, por meio da telemática ou teleinformática, associadas às formas de flexibilização e precarização do trabalho.

Estes múltiplos, complexos e contraditórios movimentos do capital em vista a continua extração de mais valor acaba por encontrar, nas novas tecnologias da informação, a máxima intensificação da exploração do trabalho.

O avanço dos microprocessadores e a expansão da tecnologia de sistemas informacionais possibilitaram novas formas de controle do trabalho por meio de plataformas digitais onde se destaca o trabalho “uberizado”, sendo aquele prestado por meio de aplicativo de celular, geralmente para o transporte de pessoas e mercadorias, onde o trabalhador fica à disposição ao trabalho utilizando suas próprias ferramentas (carro,

bicicleta, celular, internet...) e a empresa controla toda a atividade, determinando quando, onde e quanto o trabalhador irá receber pela atividade desempenhada.

De modo que

O capitalismo informacional e digital vem aprimorando sua engenharia da dominação. Desde que a empresa taylorista e fordista foi suplantada pela liofilização toyotista e flexível, passamos a presenciar o que Daniele Linhart denominou *desmedida empresarial*. Contra a rigidez vigente nas fábricas da era do automóvel, durante o longo século XX, nas últimas décadas os capitais vem impondo sua trípole destrutiva em relação ao trabalho: a terceirização, a informalidade e a flexibilização se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa (ANTUNES, 2018, p. 33).

Na mesma direção Alves (2011, p. 111) afirma que “A organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipulatória de maior envergadura. Na nova produção do capital o que se busca capturar não é apenas o fazer e o saber dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva construída para cooperar com a lógica da valorização” (p. 111) ou como salienta Antunes (1995) implica uma lógica mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória.

Marx, na obra *Glosas Críticas Marginais ao artigo: O rei da Prússia e a reforma social*, escrito em 1844, faz uma reflexão importante sobre a falácia da educação como solução para todas as desigualdade desarticulada da totalidade concreta. Ao referir-se a educação, diz Marx:

Por que o rei da Prússia não determina a imediata educação de todas as crianças abandonadas? Sabe o "prussiano" o que o rei da Prússia deveria determinar? Nada menos que a eliminação do proletariado. Para educar as crianças, é preciso alimentá-las e liberá-las da necessidade de trabalhar para viver. Alimentar e educar as crianças abandonadas, isto é, alimentar e educar todo o proletariado que está crescendo, significaria eliminar o proletariado e o pauperismo.

Não há dúvidas que o conhecimento é hoje uma mercadoria super-valorizada, não há dúvidas também que a exploração do trabalhador, cuja produção é notadamente intelectual sofre uma super exploração hoje mais acentuada do que em momentos anteriores, num processo de proletarização dos intelectuais, mas lembremos que estes também são parte da classe trabalhadora historicamente explorada.

É preciso reconhecer que a captura da subjetividade do trabalhador é um elemento a mais no processo de exploração, tema este adensado por Giovani Alves (2011), mas longe de centrar-se no conhecimento, centra-se não no uso desse conhecimento, mas na sua manipulação, no estímulo-resposta, não diferenciadas dos níveis de alienação trabalhados por Marx no capital – em relação ao que produzir e ao modo de produzir, em relação aos demais produtores e em relação ao acesso ao produto do trabalho.

Referir-se a captura da subjetividade do sujeito, do trabalhador, partindo do princípio da disseminação da ideologia burguesa é se referir à fragmentação de categorias importantes que contemplam e fundamentam o ser na sua integralidade, ou seja: ao fracionar razão e sensibilidade, estabelecer diferença entre as necessidades verdadeiramente importantes e necessidades criadas dentro deste modo de produzir, e que assumem, portanto, um papel principal na vida humana.

O papel determinante exercido pela ideologia burguesa na construção das relações sociais está balizado na criação de compreensões, onde o modo e o como de vida burguês é o único possível, que não há alternativas. Dentro desse bojo, fundamentado pela fragmentação de categorias importantes que já citadas, edifica-se o entendimento de que os sonhos possíveis de serem sonhados estão demarcados pelos limites do capitalismo, afinal, dentro das relações sociais reificadas, construídas sob a égide da ideologia burguesa, e ainda, através da mudança comportamental (que não se reduz ao mero comportar-se, mas sim na transformação do pensamento e, portanto, de ações) não há mais fronteiras entre a esfera do trabalho e a da vida privada; acabam-se as distinções, as instâncias produtivas e reprodutivas se tornam uma só.

Todavia, os processos manipulatórios não condizem com a construção de uma vida que tenha sentido.

O trabalhador, neste contexto, não só não se reconhece, mas cria um ideário de vida que vai em direção oposta ao seu desenvolvimento, e, portanto, alimenta o movimento de negação. A atividade produtiva é pautada pela fragmentação do sujeito [...] as condições objetivas que acabam por conformar uma subjetividade desumanizada do indivíduo social, afinal, essa realidade objetiva do trabalho estranhado preconiza uma desafetividade da consciência, desconhece-se a verdadeira realidade sob a qual a vida é construída, o que se produz é estranho a quem cria (CORDEIRO, 2022, p. 112-115).

Pensemos no direcionamento dado pelos recursos à pesquisa e a produção de conhecimentos, no limite dado pelos editais, na competição entre áreas e pesquisadores, no

produtivismo, e só por aí teremos um exemplo concreto de que os níveis de alienação permeiam o conjunto da estrutura.

A estes aspectos se somam as apropriações superficiais e tecnocráticas que são estimuladas, e o cognitivismo as estimula ainda mais quando centra a aprendizagem num saber-fazer, com ênfase operativa, que conta com o apoio de organismos internacionais para reduzir os custos do capital. Todos esses argumentos interessam a acumulação do capital e ao mascaramento da cultura que lhe dá sustentação.

A novidade do chamado capitalismo cognitivo, muitas vezes chamado de pós-capitalismo, é a faculdade do capital de apropriar-se dos processos da ciência, da tecnologia e do conhecimento. Em que pese o fato de , por um lado contribuírem para o adensamento do debate quanto aos impactos da revolução informacional na organização do trabalho e na vida dos trabalhadores, especialmente a partir dos aportes quanto ao debate acerca do trabalho imaterial, fetichizam a ciência e a tecnologia e não apresentam novidades na medida em que o velho Marx (1989) já dizia que “a acumulação do saber, da habilidade, assim como de todas as forças produtivas gerais da inteligência social, são agora absorvidas pelo capital que se opõe ao trabalho: elas aparentam ser uma propriedade do capital ou, mais exatamente, capital fixo.

Breves notas conclusivas

O capital não pode ser resumido a um arsenal de máquinas ou de computadores em rede, é preciso reconhecê-lo como uma relação social de dominação. Por outro lado, e esta é uma questão central, os teóricos do fim do trabalho, ou que apregoam a sua redução a aspectos subjetivos, argumentando que estaríamos diante de uma perda de substância da lei do valor, devido à necessidade de gastar menos força de trabalho para produzir uma mercadoria, acabam por provocar uma redução no modo de captar a dimensão profunda da atual crise capitalista: que é a incapacidade do sistema para escapar desta lei que o leva a funcionar de modo crescentemente agressivo e destrutivo.

O resultado concreto da experiência com as políticas de recorte neoliberal mostram, que nos últimos anos o capital para valorizar-se tem se ancorado na esfera especulativa da economia e aumentado progressivamente a taxa de exploração dos recursos naturais e da classe trabalhadora. Portanto, não estamos diante de um novo paradigma produtivo, como

afirmam os pós-estruturalistas, é o mesmo e velho capitalismo, com novas roupagens e formas alternativas de exploração articuladas a uma cultura que se, expressa em novos discursos manipulatórios no investimento em novas tecnologias sem a respectiva proteção dos direitos dos trabalhadores e na acentuação dos processos de alienação a partir especialmente da fragmentação de processos, reduzindo a possibilidade de avaliação de seu impactos. Continuamos sem reforma agrária, com concentração exorbitante de rendas, com a convivência entre trabalho arcaico e desenvolvimento tecnológico, sem soluções para o aquecimento global, entre outras mazelas e processos subalternizadores.

Este é o real e para Marx (1989) temos de partir do real, dos homens em carne e osso, na sua atividade prática. Mas a desnaturalização dessa realidade é trabalho da ciência, também já destacava o filósofo alemão, especialmente se comprometida com novos patamares de sociabilidade. Nesse sentido socializar pesquisas e debates acerca de processos sociais emancipatórios para instigá-los e processos subalternizadores para desvendá-los é um ato político que contribui ao enfrentamento da questão social.

Referências

ALVES, Giovani . Trabalho e subjetividade.: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, (2011)

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed, São Paulo: Boitempo, 2018.

CORDEIRO, Luisa F. A dualidade do trabalho no modo de produção capitalista: impactos da reestruturação produtiva na subjetividade e na organização da classe trabalhadora. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2022. Disponível em: < <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10135>>. Acesso em: 15 de ago. de 2022.

DIEESE. Brasil: a inserção das mulheres no mercado de trabalho. 3º trimestres de 2019 e de 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html> Acesso em 15 ago 2022.

IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Cortez, 2007.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Divulgação Especial. Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. 2º trimestre, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados> acesso 15 ago 2022.

LEFEBVRE, Lógica formal/ lógica dialética. 5 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

MARX, K. O Capital. 13 ed. Livro I Vol. I Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, K e ENGELS, F. O manifesto do Partido Comunista. In MARX, ENGELS, COUTINHO, et al. O manifesto comunista 150 anos depois. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

MARX, K. Glosas Críticas Marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

NOGUEIRA, Jairo Dias. O prolongamento da jornada de trabalho e a dupla subordinação contemporânea: estudo junto aos trabalhadores da iniciativa privada em educação da cidade de Pelotas/RS. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PPGSS/PUCRS, 2007

PRATES, Jane C, Crise do capital, pandemia e (des)proteção social. In: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; PINHEIRO, Hamida Assunção; VALLINA, Kátia de Araújo Lima (orgs.). Campo Minado: as investidas do capital contra a Seguridade Social Brasileira. Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2020

PRATES, Jane C. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. Artigo. Revista Temporalis nº 9 Recife, ABEPSS, 2005

THÉBAUD-MONY, Annie. A globalização e suas implicações na saúde e no trabalho nos blocos regionais: A União Européia. Vídeo Conferência de abertura. Simpósio de Saúde do trabalhador. COLSAT-Mercosul. Porto Alegre, PUCRS, abril de 2008.

,